

METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E INTER-RELAÇÕES URBANO-RURAIIS
NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

João Rua
Professor do PGE-Mestrado em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro é fortemente marcado pelos efeitos da metropolização irradiados a partir de seu núcleo metropolitano. Tais efeitos refletem-se no conjunto do estado (e além dele), afetando (dentre outras manifestações) as interações urbano-rurais, criando novas territorialidades – frutos de tais interações. Para nós a metropolização integra o espaço mais amplo, difundindo os “códigos metropolitanos”, seus valores e signos pela área de influência da metrópole. As conceituações de rural vigentes até aqui não contemplam essas interações, já que, de uma maneira ou de outra, dicotomizam a análise do rural e do urbano. Em nosso ponto de vista, realizam-se interações variadas entre essas dimensões espaciais (metropolitano/urbano/rural) que, embora assimétricas, estão centradas nas cidades e são, numa escala mais ampla, irradiadas a partir da metrópole, que emana poder e hegemonia, integrando-os, cada vez mais, num espaço unificado. Haveria, então, uma escala mais abrangente, na qual uma urbanização difusa, comportamental (costumes e hábitos) e cultural se faria sentir no espaço da metropolização, do território fluminense que estudamos, afetando-o desigualmente e participando do dinamismo de cada parcela dessa dimensão espacial. Em outra escala – regional ou local –, seriam percebidas as leituras particulares daquela urbanização e daquele dinamismo mais geral do território fluminense.

Nessa escala local, de urbanização mais restrita, sem que o rural deixe de existir, embora muito transformado, seriam identificadas as urbanidades no rural, como as denominamos. Urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais sem que por isso fossem identificados, tais dimensões, como urbanas ao formar, no interior fluminense, eixos de maior densidade (econômica, política e cultural), localizados ao longo de algumas das principais rodovias. Fora desses eixos, tais urbanidades, manifestam-se pontualmente integradas a outros padrões de urbanização do território.

O objetivo geral do trabalho é ampliar a reflexão que já vem sendo efetuada a respeito do rural e do urbano em espaços marcados por intensos processos de metropolização com suas múltiplas interações, coerentes com uma lógica de desenvolvimento que caracteriza o momento atual do capitalismo. Essa análise será efetuada tomando por base o eixo formado ao longo do trecho fluminense da Rodovia Rio-Santos, que utilizaremos como exemplo.

Como temos demonstrado em trabalhos anteriores (RUA, 2002a, 2002b, 2005a, 2005b, 2006 e 2007) onde temos desenvolvido a temática das relações rural-urbano a partir da idéia de urbanidades no rural, compreender o rural como parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo leva-nos a observar as relações de poder, o exercício da hegemonia e a dialética entre igualização e diferenciação/desigualização espacial como tendências contraditórias manifestadas nas interações daquelas espacialidades (dimensão rural e dimensão urbana). Trata-se, portanto, de dimensões espaciais distintas em uma escala (a da desigualização/diferenciação), mas fortemente integradas em escala mais ampla (a da igualização), ambas (as escalas) definidas pela lógica

espacial/territorial do capitalismo, num movimento de imposições, cooptações, resistências e conflitos. É esse o quadro referencial geral em que se move este trabalho e que define a linha metodológica da análise. Como base tomaremos o método analítico-dialético para melhor compreensão das contradições expressas no espaço geográfico e por melhor possibilitar a explicitação das interações sujeito-objeto. Em alguns momentos haverá uma apropriação do método fenomenológico-hermenêutico, com sua ênfase no sujeito em detrimento do objeto. Assim, procurando integrar as abordagens dos desenvolvimentos geográficos desiguais (marxistas ou neo-marxistas) com algumas oriundas do pós-estruturalismo com suas variadas contribuições, podemos perceber a emergência de novas territorialidades, fruto da imposição, cooptações e/ou resistência, ainda pouco capturadas pelas análises dos geógrafos. Como se manifestam essas transformações espaciais e como são produzidas as novas territorialidades que marcam o estado do Rio de Janeiro?

Tal processo complexo e contraditório gera problemáticas que merecem investigação em busca de possíveis saídas para os conflitos (latentes ou explícitos), que se manifestam no território fluminense, em particular na área em estudo, e que serão traduzidas em outros questionamentos que norteiam o trabalho.

A base teórica fundamental vem de LÉFÈBVRE (1986, 1999a, 1999b, 2001) de quem utilizamos a idéia de urbanização difusa marcando todo o espaço, em nosso ponto de vista numa escala mais ampla e de que se intensifica, cada vez mais, a relação cidade-campo; MOREIRA (2002, 2003, 2005) com quem concordamos ao relacionar rural e urbano com assimetrias de poder, mercantilização da natureza e ressignificação do rural; e HAESBAERT (1997, 2001, 2004, 2005, 2007) com quem dialogaremos a respeito de território, multiterritorialidades e multiescalaridade. Diversos outros autores serão referidos ao longo do texto.

Urbanidades no Rural como elementos de integração das dimensões urbana e rural do espaço geográfico

Compreendendo que as formalizações estatísticas balizadas por recortes político-administrativos devem ser criticadas, como base definidora de distinções (mesmo que necessárias para a definição de perímetros urbanos e para classificação de áreas para fins estatísticos), pretendemos apenas levantar questionamentos que, pelo menos, relativizem aquelas formalizações.

Com isso vamos elencar algumas ponderações já levantadas em trabalhos anteriores que explicitam os balizamentos teóricos e metodológicos.

1. Escreve Léfèbvre (1986, p. 53) que as representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta que correspondem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato, domínio do Estado e do poder hegemônico.

2. Esse poder, centrado na cidade moderna capitalista vem impondo símbolos, códigos e signos territorializados tanto ao “rural” quanto ao “urbano”, que têm seus papéis alterados pelos atores produtores dessas dimensões espaciais, redefinindo suas identidades em cada momento do movimento do todo social.

3. Deve-se tentar analisar a importância dos lugares na organização dos diversos movimentos sociais como bases onde se manifestam as múltiplas relações de poder em formas de dominação ou de resistência. O espaço, transformado em território, pelas práticas espaciais de seus habitantes, não é apenas domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço mas, também, da interação

dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público e entre a resistência e a dominação, Ele está em permanente devir, como nos lembrou Massey (1999, p. 281).

4.. A pesquisa não pode impedir a retroação sobre o real, a correção, a inovação. Na pesquisa sobre as urbanidades no rural fluminense usam-se questionários (embora como instrumento menor de verificação), dados censitários e outras fontes primárias, sempre relativizadas, mas preferiu-se a entrevista aberta e as conversas informais, onde se procurou descobrir os fatos significativos para a investigação e a participação em atividades locais (praxis social). O mais importante, entretanto, tem sido a longa observação (mais de dez anos) voltada tanto para a vida social, dos lugares mais visitados como individual e acompanhada pelas outras formas de investigação, mas permanecendo autônoma. O estoque constituído de anotações e observações se revela, à medida em que o terreno se torna inteligível, um viveiro de dados, onde o detalhe se torna cada vez mais significativo. Neste trabalho não se apresenta essas anotações nem as entrevistas.

5. A nossa formação nos atraiu para a especial atenção à práxis social, quer dizer à realidade e à ação dos grupos sociais. A ação é não somente o revelador de realidades que raramente afloram pela palavra, mas é a própria realidade da vida social. A ação e a nossa participação na ação nos chama atenção para a relação (de interesse mútuo) entre o investigador e os movimentos sociais. O investigador pode contribuir para a construção de territorializações mais democráticas e favorecer processos de busca por contra-espacos, como nos lembra Léfèbvre (1986), ao abrir diálogo com os diferentes agentes sociais e fortalecer as contra-correntes apresentadas por Morin (2000). Desses movimentos participamos quando, por diversas vezes, em trabalhos de formação de lideranças para educação ambiental pudemos atuar junto a professores da rede pública de ensino de alguns municípios da área em estudo.

6. Lembramos, que para nós, o termo “urbanidades” não tem o mesmo sentido de “urbanidade” usado por Marx, por Lefèbvre ou por Levy (ver referências), todos reportando-se a qualidades do urbano e, quase sempre, das cidades. Urbanidades no rural foi inspirado na obra de Poulle e Gorgeu (1997), sem respeito à sua concepção original – *urbanité rurale*.

7. A idéia de urbanidades no rural desenvolveu-se a partir da concepção de que são socialmente construídas por suas relações de co-existência do urbano com o rural e por suas co-determinações, integrando o interno com o externo em cada lugar constituindo singularidades fruto dessas interações. Podemos ainda acrescentar que as urbanidades no rural carregam em si múltiplas ordens relacionais multiescalares e transescalares¹.

8. Em Rua (2007, p. 272) escrevemos que urbanidades no rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador (nem sempre de origem urbana ou metropolitana, embora influenciadas por essa origem) em áreas rurais, sem que, por isso, fosse identificada tal dimensão espacial como urbana. Admitimos que o urbano, nesse sentido seria muito mais significativo do que as estatísticas (em qualquer método utilizado) demonstram.

¹ Uma distinção entre multiescalaridade e transescalaridade foi apresentada em Rua (2005, p. 56).

9. Consideramos que as urbanidades podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que incluem, em seus aspectos materiais, a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação, novas formas de lazer, a segunda residência, o turismo, as indústrias, o acesso a bens de consumo coletivos, especulação imobiliária e o preço da terra, novas relações de trabalho, direitos trabalhistas, aposentadoria rural, dentre outros indicadores a relevar. Como aspectos imateriais poderiam ser citados os valores, a moda, a preocupação com a segurança, os costumes e os hábitos difundidos pela mídia que alteram sobremaneira a vida cotidiana rural. No dizer de Léfèbvre, (2001, p. 12) “uma racionalidade divulgada pela cidade”.

10. Essas urbanidades formariam, no interior fluminense, eixos de maior densidade (econômica, política e cultural), localizados ao longo de algumas das principais rodovias, identificados como “espaços luminosos, de fluidez, de rapidez e de maior integração às áreas de comando”, como escrevem Santos e Silveira (2001, p. 259). Neste trabalho vamos nos ocupar do eixo formado pelo vetor litorâneo Sul, localmente conhecido como Rio-Santos.

11. Território vai ser o conceito-chave da geografia aqui utilizado. Não o território jurídico-político da malha municipal brasileira, utilizado pelas bases estatísticas nacionais e por diversos autores que, mesmo criticando os critérios tradicionalmente usados, propõem outros também de ordem normativa. No atual trabalho, território, será concebido de acordo com Haesbaert (1997, p. 42). Aqui rerepresentamos tal definição por parecer-nos condizente com a realidade estudada. Para esse autor o território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Aí, Haesbaert, remete-nos às dimensões variadas que compõem aquele conceito. Dentre elas, selecionamos duas que nos pareceram mais significativas para um estudo sobre a identidade do rural. A primeira seria a simbólico-cultural, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço e onde os geo-símbolos, que definem uma paisagem cultural, marcam a inscrição da cultura de um grupo sobre seu espaço. A segunda dimensão é a jurídico-política, bastante difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado (HAESBAERT, 2001, p. 1770). Nos espaços rurais, estas duas dimensões, estão em constante conflito, manifestado na permanente intenção das prefeituras de “urbanizar” as áreas tidas como rurais, na perspectiva de maior arrecadação de IPTU.

Não podemos deixar de mencionar as dimensões econômica (que enfatiza as relações produtivas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, em sua espacialidade) e a que se baseia nas relações sociedade-natureza (no que se refere ao usufruto dos recursos naturais, mas, também aí, numa série de símbolos que marcam tal relação). Estas últimas merecem referência pelo fato de haver, na área em estudo, uma preocupação recente com o ambiente natural, num discurso ecologista de realce, a respeito da mata atlântica, dos manguezais e da restinga (todos com valor econômico e simbólico).

Essa conceituação de território permite uma contraposição à maioria das chamadas “abordagens territoriais” das relações urbano-rurais, quase todas baseadas em

recortes político-administrativos, portanto, levando em consideração uma das múltiplas dimensões elencadas pelo autor supracitado. A monodimensionalidade restringe a análise, embora lhe permita a operacinalidade. Nas localidades que compõem o eixo estudado as diversas dimensões territoriais destacadas são facilmente identificadas e servem de base para a construção da identidade territorial.

Ao retomarmos esses pontos desejamos estabelecer as bases para a análise que será feita a seguir sobre o eixo formado pela Rodovia Rio-Santos, em seu trecho fluminense. Alguns desses pontos já foram apresentados anteriormente. Agora são expostos novamente, mas em contexto teórico distinto.

Urbanidades no Rural do eixo formado pela Rodovia Rio-Santos em seu trecho fluminense.

O eixo formado por essa rodovia atravessa os quatro municípios da Região de Governo denominada Costa Verde – Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

Esse eixo rodoviário, que serve de base para a expansão urbana, dá às localidades nele situadas uma posição estratégica, definida pelos grandes pólos urbano-industriais, situados fora, mas que definem o interno em interação com o externo, como nos lembra Santos (1994, p. 96) ao escrever que o local é fruto da ação do interno e do externo. Para esse autor, no interno as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. Mas as variáveis que formam uma situação são freqüentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. O externo é tudo aquilo cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para aceita-la. Assim, uma multinacional hoteleira não instala seus serviços em Angra dos Reis ou Mangaratiba se esses lugares não lhe oferecem condições para tanto. Esta reflexão nos lembra, simultaneamente, que os locais que servem de base a este trabalho têm “atrações” ou fatores internos que chamam e interagem com os fatores externos numa combinação que caracteriza cada um dos municípios.

Nessas áreas, observa-se toda uma série de manifestações particulares onde há marcos históricos que definem os diferentes momentos de construção da identidade local, sempre integrada à lógica de uma escala mais geral.

Até a construção da Rodovia Rio-Santos, inaugurada em 1974, as cidades de Angra dos Reis e de Paraty ficavam “muito longe” tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo para serem incluídos num turismo de fim de semana. Essa obra, integrada aos planos de desenvolvimento nacional, alterou, sobremaneira, a organização do espaço até então vigente. A instalação da Usina Nuclear, em 1974, a construção do terminal marítimo da Petrobrás (TEBIG), em 1977 e a dinamização do veraneio e do turismo com forte atuação de grandes empreendimentos do setor (grupos hoteleiros Meliá, Accor, Kempinsky e Merriot, como exemplo), constituíram as bases para um outro momento da construção das relações de complementaridade entre o “interno” e o “externo”, no município, alterando a construção da identidade local dos municípios da região.

A expansão do turismo e do veraneio enquadra-se num movimento que se acelerou após a década de 70, do século passado, e que se fez sentir na valorização das zonas litorâneas do estado do Rio de Janeiro. Na região da baía de Sepetiba, esse movimento desenvolveu-se após a construção e asfaltamento da BR-101 (Rio-Santos) que aumentou a presença de população flutuante (turistas e veranistas), favoreceu a estruturação da segunda residência para pessoas de classe média da cidade do Rio de

Janeiro, na maioria da Zona Oeste, aumentou a presença de aposentados que, muitas vezes, tornaram a segunda em primeira residência, ampliou, numericamente a população de mais de 65 anos, como se apurou na pesquisa realizada,

A função de segunda residência e as atividades turísticas atraíram, também, uma faixa significativa de população de baixa renda, empregada no setor de serviços e de construção civil. Além disso, a sazonalidade característica das atividades ligadas ao turismo e ao veraneio ampliou o volume de subempregados e mesmo de desempregados, dependendo da época do ano e da existência ou não de crises na economia.

A região apresenta grande diversidade interna. São as áreas mais planas, atravessadas pelo eixo rodoviário, e muito relacionadas com o mar, ao turismo e veraneio tradicionais; são as áreas serranas, acima da cota de cem metros, com suas reservas florestais e a sua fraca ocupação; são as áreas mais próximas ao Rio de Janeiro, e marcadas por uma expansão mais densa, integrando-se ao litoral de Itaguaí, na chamada “fronteira metropolitana”; são as áreas com complexos turísticos de grandes dimensões. Essa heterogeneidade interna exige permanente conscientização a respeito dos “riscos” de enfraquecimento da identidade territorial e da própria coesão interna.

A idéia de fronteira metropolitana pode ser traduzida da seguinte maneira: Ao mesmo tempo é limite exterior da área metropolitana do Rio de Janeiro, e área na qual se expande a metropolização. Aí se sucedem espacialidades diferenciadas e temporalidades distintas, coexistindo. O crescimento urbano pouco ordenado e descontínuo intercala “manchas” de urbanização com projetos imobiliários falidos, terrenos baldios aguardando valorização especulativa e restos de atividades tradicionais (agrícolas e industriais que foram desmontadas ou desativadas) como se percebe em algumas áreas de Mangaratiba e Itaguaí.

Na região a base da identidade e da territorialização (processo que, inicialmente, se associa ao modo tradicional de produção do espaço regional – agricultura, pesca) definiu uma organização espacial, com uma particular relação sociedade – natureza, que distingue esses municípios dos demais e que se constituiu suporte para o desenvolvimento local.

Para analisar os processos de construção do território da região em estudo e da sua crescente desterritorialização (processo que resulta da “abertura” e dos “riscos” que isso acarreta, à medida que se integra às diversas redes que agora recobrem os municípios, o estado e o país.

Podemos lembrar que os municípios da atual Região da Costa Verde sempre viveu algum nível de desterritorialização, quando o movimento, a integração e a

conectividade nele se mostraram presentes, bastando lembrar a “abertura” para o externo intensificada em meados do século XX para o turismo e o veraneio, convivendo com a agricultura e a pesca. Entretanto, essa “desterritorialização”, acabou por se transformar em um conjunto de elementos territorializadores e fortalecedores da identidade territorial. O novo tipo de turismo e a transformação em “zona de passagem” entre Rio e São Paulo (ou para localidades mais distantes, no eixo) constituem-se em fatores muito mais efetivos de desterritorialização, nos dias atuais, do que os “tradicionais”.

- Como se manifestam essas urbanidades no eixo em estudo? Na verdade são as mesmas do restante do estado, apenas apresentando uma intensidade maior, com mais forte impacto da desterritorialização.

1. Em Rúa (2007, p 293) destacamos a forte especulação imobiliária, presente em quase todo o estado, particularmente na região em estudo, onde a valorização da terra se faz mais presente, gerando um movimento de exclusão do acesso a ela por conta de seu alto preço, demonstrando, mais uma vez, o predomínio da escala do valor de troca sobre a do valor de uso – estabelecendo territorializações (e desterritorializações) conflitantes integradas pela lógica da metropolização do espaço;

2. a escala da metropolização, desvalorizando e revalorizando as culturas locais, promove conflitos entre os movimentos de desterritorialização e a busca de permanente reterritorialização. As mudanças nos calendários agrícolas e de pesca, em função da estação de veraneio e de mais intenso fluxo de turismo, e a resignificação das tradições (cada vez mais vendidas como mercadorias) são apenas evidências dessas radicais transformações. 2. Valorização da cultura local – populações caiçaras. Conflitos entre a desterritorialização imposta e a permanente reterritorialização. Mudança de calendário das atividades em função da estação de veraneio/mais turismo. Engenhos de mandioca e alambiques, como atração turística e o palmito plantado como produto substituto da agricultura tradicional. Multiterritorialidades.

3. A crescente privatização do solo pelo capital extralocal – nacional e internacional – que se faz sentir com maior impacto nos eixos litorâneos, principalmente naquele formado ao longo da Rodovia Rio-Santos (por condomínios, *resorts*, indústrias), integrada a uma “turistificação” e a uma maior fluidez no espaço, provoca uma mudança de lógica na escala local. A lógica territorial marítima ou agrícola mescla-se com a da metropolização do espaço, com novos sentidos de apropriação e/ou dominação, formando as territorialidades híbridas a que nos referimos no início do trabalho (RUA, 2007, p. 293).

4. Ações reguladoras de órgãos oficiais – IBAMA, IEF, INCRA, prefeituras, gerando fortes conflitos com as populações “tradicionais” (pescadores e pequenos produtores agrícolas – proliferação de áreas de proteção ambiental. Desigual aplicação da legislação.

5. A ação de movimentos ambientalistas integrados a práticas comunitárias de resgate de valores locais que agregam diferentes gerações.

6. Os Assentamentos Rurais sofrendo fortes transformações ou até desaparecendo.

7. “Vocação” turística para todo o eixo, definida pela Embratur, desde 1972. “Turistificação” e Fluidez. Mudança de uma lógica territorial marítima/agrícola para uma lógica territorial metropolitana (Itaguaí e Mangaratiba) e multinacional (Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty).

Estes pontos levam-nos de volta à discussão inicial. Um espaço marcado por tão forte metropolização como é o estado do Rio de Janeiro não tem possibilidades de, baseando-se em critérios normativos, presos à malha municipal, alcançar os intrincados movimentos de construção de novas territorialidades em áreas rurais. Sem uma solução objetiva a propor, entendemos que a perspectiva de urbanidades no rural pode iluminar os debates que se mantêm acesos e dos quais participamos, investigando o real que conduz nossa reflexão.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade – um debate. GEOgraphya – Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ: UFF/EGG, Ano IX, n. 17, p. 19-46, junho de 2007.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. IX, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP/EGAL, 2005. 1 CD-ROM.

LÉFÈBVRE, Henri. La Production de l'espace. Paris: Maspéro, 1986.

_____. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.

_____. A cidade do capital. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

_____. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Jacques. *Le Tournant Géographique*, Penser l'espace pour lire le monde. Paris: Belin, 1999. 398 p.

MASSEY, Doreen. Spaces of Politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip. *Human Geography Today*. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell Publishers Ltd, 1999.p. 279-294.

MOREIRA, Roberto José e GAVÍRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, Ruralidades e Assimetrias de poder. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 18, abril, 2002, pp 47-72.

_____. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

_____. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 65-88.

- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- POULLE, François e GORGEU, Yves,. *Essai Sur L'urbanité rurale: cinq territoires ruraux, leurs sérments et leurs modes de gouvernèment* Paris. Syros. 1997.
- RUA, João. “Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas”. In MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Marta Foepfel (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002b, pp. 43-70.
- . “A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica”. *Revista da Anpege*, Fortaleza, 2005a, ano 2, n. 2, pp. 45-66.
- RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foepfel (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002a. p. 27-42.
- . “Urbanidades no rural em um trecho da Região Serrana fluminense, a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo”. *Anais do I Encontro de Grupos de Pesquisa*. Rio de Janeiro: NEGEF/UERJ, 2005b.
- . “Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo – território”. *Revista de Geografia Agrária*, 2006, v. 1, n. 1.
- _____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas
- _____. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foepfel (Orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002. 209 p. p. 27-42.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.